

Estados terão 20 anos para pagar dívidas

O presidente Itamar Franco assinará na próxima terça-feira mensagem encaminhando ao Congresso projeto de lei que define as linhas gerais da renegociação de uma dívida de aproximadamente 53 bilhões de dólares dos estados e municípios com a União e órgãos federais, dos quais cerca de 5 bilhões de dólares vencidos e não pagos. A renegociação dará uma boa folga financeira aos estados nos próximos anos, que teriam de quitar a maior parte de sua dívida nos próximos anos. Pelo projeto, cerca de 18,3 bilhões de dólares de dívida com a Caixa Econômica, Banco do Brasil, BNDES e outras instituições financeiras federais poderão ser pagos em até 20 anos, com juros médios dos contratos originais mais inflação.

A renegociação reforçará o governo Itamar Franco politicamente às vésperas da votação do ajuste fiscal pelo Congresso. A assinatura da mensagem por Itamar será feita numa solenidade marcada para às 15h, no Palácio do Planalto, com a presença de todos os governadores. Ontem, o

líder do Governo na Câmara, Roberto Freire, discutiu os últimos detalhes com o ministro do Planejamento e interino da Fazenda, Paulo Haddad. "a idéia é permitir que a dívida volte a ser paga", explicou Freire. Há quase dois anos, poucos estados e municípios vêm pagando parcelas de suas dívidas com a União e órgãos federais, a espera de uma legislação que lhes desse mais tempo.

Parcela — O projeto de lei substituirá uma lei que teve sua validade vencida no dia 31 de dezembro passado, mas não foi usada pelos estados, sob o argumento de que impunha condições muito severas ao caixa dos governos estaduais e municipais. A lei anterior foi discutida durante o Governo Collor e sua regulamentação só foi aprovada pelo Senado quando a CPI do PC Farias já tomava conta do Congresso.

Na verdade, da dívida de aproximadamente 53 bilhões de dólares, só uma parcela será esticada para o pagamento em 20 anos. São 18,4 bilhões com os bancos oficiais, principalmente Caixa e BNDES. Tratam-se de emprésti-

mos tomados pelos estados e municípios para obras de infra-estrutura que, pela nova legislação, poderão ser pagos até o ano 2013.

A dívida que os estados fizeram no mercado financeiro, por exemplo, será apenas trocada por títulos federais, com os tradicionais prazos dos papéis do Tesouro Nacional. Já a dívida externa, de 10,7 bilhões de dólares, será renegociada nas mesmas condições em que o Governo Federal obteve dos credores externos, ou seja, cerca de 30 anos. Uma dívida oriunda de inadimplência dos estados e municípios com o exterior e assumida pela União na década de 80 nove bilhões de dólares já foi renegociada na época e tem prazo médio de dez anos para pagamento. Finalmente, os pagamentos atrasados das companhias estaduais de energia elétrica com a Eletrobrás (cerca de 4 bilhões de dólares) ainda serão discutidos separadamente pelo Ministério das Minas e Energia, mas a União não pretende dar mais que dez anos para sua quitação.